

## **MULHERES EM PAUTA: UM ESTUDO DA ARTE SOBRE AS MULHERES ENQUANTO SUJEITOS HISTÓRICOS**

**Tatiane da Silva Sales**

Doutora em História Social, Professora da Universidade Federal do Maranhão Campus Codó.

E-mail: [tatiane.ufma@gmail.com](mailto:tatiane.ufma@gmail.com)

**Maria Alda Pinto Soares**

Universidade Federal do Piauí, Mestranda em Educação .

E-mail: [alda.educare@gmail.com](mailto:alda.educare@gmail.com)

### **RESUMO**

A partir da década de 1970, quando a historiografia passou a considerar escritos sobre as mulheres com validade para a História nacional, a situação das mulheres na sociedade brasileira passou a ser alvo de estudos, valendo-se, para isso, de variados caminhos, dentre eles: o movimento feminista, diálogo com novos conceitos, ampliação da noção do que é história e seus objetos de estudo e, juntamente a isso, a ampliação da noção de fonte. Estes trabalhos inauguraram uma nova fase da historiografia brasileira, constituindo fontes históricas e alicerces acadêmicos de fundamental importância para quem almeja pesquisar dentro da temática. Nesse sentido, o presente artigo tem como objetivo apresentar um estudo da arte em cenário nacional brasileiro, dedicando um espaço para a produção e contribuição maranhense, sobre as mulheres enquanto sujeitos históricos, repensando suas ações e percebendo-as enquanto sujeitos históricos com seus “poderes” e “saberes”. Para a sua concretização, foram realizadas pesquisas bibliográficas nos bancos de teses e dissertações de Programas de Pós-Graduação em Educação e História, bem como consultas às bibliotecas físicas e virtuais em busca de livros, artigos e monografias que abordassem a temática em questão. Como resultados, colheram-se respeitáveis pesquisas, a exemplo as de Mary Del Priore (2006) e de Elisabeth Sousa Abrantes (2010). Observou-se que, quase todos os trabalhos citados acima foram escritos por mulheres, contribuindo para a formação de guetos acadêmicos na produção sobre mulheres e relações de gênero, mas, sobretudo, apresentando o sujeito mulher em grande diversidade.

**Palavras-chave:** Mulheres. Historiografia. Educação.

### **WOMEN IN THE SPOT: A STUDY OF ART OF WOMEN AS HISTORICAL SUBJECTS**

#### **ABSTRACT**

From the 1970s, when historiography began to consider writings on women valid for national history, the situation of women in Brazilian society began to be studied, using, for this, various ways: the feminist movement, dialogue with new concepts, expansion of the notion of what is history and its objects of study and with this, the extension of the notion of source. These works inaugurated a new phase of Brazilian historiography, constituting historical sources and academic foundations of fundamental importance for those who seek to research the theme. In this sense, this article aims to present a study of art of the Brazilian national scene, dedicating a space for the production and contribution of Maranhão, on women as historical subjects, rethinking their actions and perceiving them as historical subjects with their "powers" and "knowledge " For this purpose, a bibliographical research was carried out in the literary production of Post-Graduate Programs in Education and History, as well as inquiries to physical and virtual libraries in search of books, articles and monographs that approached the theme. As a result, respectable researchers were found

as Mary Del Priore (2006) and Elisabeth Sousa Abrantes (2010). It was observed that almost all the works cited above were written by women, contributing to the formation of academic ghettos in the production on women and gender relations, but above all, presenting woman as a subject of great diversity.

**Keywords:** Women. Historiography. Education.

## **MUJERES EN PAUTA: UN ESTUDIO DEL ARTE SOBRE LAS MUJERES CUANDO SUJETOS HISTÓRICOS**

### **RESUMEN**

A partir de la década de 1970, cuando la historiografía pasó a considerar escritos sobre las mujeres con validez para la historia nacional, la situación de las mujeres en la sociedad brasileña pasó a ser objeto de estudios, valiéndose para ello de variados caminos, entre ellos : el movimiento feminista, diálogo con nuevos conceptos, ampliación de la noción de lo que es historia y sus objetos de estudio y, junto a eso, la ampliación de la noción de fuente. Estos trabajos inauguraron una nueva fase de la historiografía brasileña, constituyendo fuentes históricas y cimientos académicos de fundamental importancia para quien anhela investigar dentro de la temática. En este sentido, el presente artículo tiene como objetivo presentar un estudio del arte en escenario nacional brasileño, dedicando un espacio para la producción y contribución maranhense, sobre las mujeres como sujetos históricos, repensando sus acciones y percibiendo como sujetos históricos con sus "poderes "Y" saberes ". Para su concreción, se realizaron investigaciones bibliográficas en los bancos de tesis y disertaciones de Programas de Postgrado en Educación e Historia, así como consultas a las bibliotecas físicas y virtuales en busca de libros, artículos y monografías que abordasen la temática en cuestión. Como resultados, se cosecharon respetables investigaciones, a ejemplo las de Mary Del Priore (2006) y de Elisabeth Sousa Abrantes (2010). Se observó que casi todos los trabajos citados anteriormente fueron escritos por mujeres, contribuyendo a la formación de guetos académicos en la producción sobre mujeres y relaciones de género, pero sobre todo presentando al sujeto mujer en gran diversidad.

**Palabras clave:** Mujeres. Historiografía. Educación.

### **INTRODUÇÃO**

A historiografia brasileira, nos anos iniciais do século XX, mostra quase sempre preocupação numa escrita histórica que destacasse o ideal de nação, onde a República era apresentada como a gênese da modernidade no Estado e marcada por melhorias na sociedade. No período dos anos trinta as produções continuam a privilegiar as áreas de política e economia tendo Getúlio Vargas grande destaque e sua imagem associada constantemente à revolução e também ao processo de transformações para a sociedade brasileira. Na historiografia desse período a maioria dos estudiosos acreditava que a nação estava atravessando um processo de remodelação. Já na década de 1940 a nova historiografia propõe

privilegiar as particularidades nacionais com destaque para modernização da economia e urbanização nacional. De acordo com Borges (2014):

[...] abriu-se um período fértil em reflexões sobre a sociedade brasileira, com a produção de análises e a circulação de projetos. Em especial a partir dos anos 50, emergiu com força e se generalizou pela sociedade uma discussão sobre os rumos do capitalismo no país, sobre a questão da ‘pobreza’, do que para muitos aparecia como ‘atraso’, ‘terceiro-mundismo’, ‘subdesenvolvimento’; as propostas do desenvolvimento nacional procuravam conquistar a opinião pública, sobretudo devido ao retorno do debate político com as eleições; a industrialização apareceria como solução para o desenvolvimento econômico da nação brasileira (BORGES, 2014, p. 172).

A partir da década de 1970, a historiografia nacional passou a receber importantes influências de trabalhos europeus e dos Estados Unidos, o que promoveu diversidade nos objetos de estudos e eixos temáticos, e, com isso, a situação das mulheres na sociedade brasileira passou a ser alvo de estudos por algumas pesquisadoras.

Neste sentido, o presente artigo tem como objetivo apresentar um estudo da arte em cenário nacional brasileiro, dedicando um espaço para a produção e contribuição maranhense sobre as mulheres enquanto sujeitos históricos, repensando suas ações e percebendo-as enquanto sujeitos históricos com seus “poderes” e “saberes”. O período a que esta pesquisa se destina contempla duas etapas sendo a primeira de 1940 até 1970 onde tal recorte temporal se justifica pelo amadurecimento da República nacional e conseqüentemente de uma série de instituições de ensino, pesquisa e acervo no Brasil. O segundo momento se estabelece entre 1970 a 2010 e refere-se à ampliação e diversidade da pesquisa histórica no Brasil, tendo como marco a multiplicidade de programas de pós-graduação, de linhas de pesquisa e fortalecimento de temáticas antes não visibilizadas no campo histórico, tais como a história das mulheres, relações de gênero e história da educação.

Para esse fim, foram realizadas pesquisas bibliográficas nos bancos de teses e dissertações de Programas de Pós-Graduação em Educação e História, dada a ampliação e diversidade dos programas de pós no Brasil foram escolhidos apenas alguns como forma de fazer uma mostragem das cinco regiões e tentar oferecer um apanhado geral da produção nacional. Desta feita os acervos pesquisados foram relativos aos programas de história e educação das Universidades Federais do Maranhão, Bahia, Piauí, Pará, Amazonas, Acre, Santa Catarina, Paraná, Minas Gerais, Universidade de Brasília e programas de diversas universidades no Rio de Janeiro e São Paulo.

Foram feitas também consultas às bibliotecas físicas (Biblioteca Central da Universidade Federal do Maranhão, Universidade Federal do Pará, Biblioteca Pública Benedito Leite/MA, Memorial Palácio Cristo Rei/UFMA) e virtuais em busca de livros, artigos e monografias que abordassem a temática em questão, de modo que, ao longo da pesquisa, são apresentadas as sínteses de importantes achados sobre as mulheres na historiografia nacional brasileira, a exemplo das pesquisas de June Hahner (1976), Maria Odila Leite da Silva Dias (1984), Mary Del Priore (2006) e a contribuição maranhense para a escrita da história das mulheres, com as produções de Diomar das Graças Motta (2003), Maria da Glória Guimarães Correia (2006), Elisabeth Sousa Abrantes (2010), entre outros trabalhos de importância acadêmica e histórica. Por último, apresenta-se as principais conclusões deste artigo.

## **AS MULHERES NA HISTORIOGRAFIA NACIONAL BRASILEIRA**

Impulsionada, inicialmente, pelos estudos marxistas, a mulher como objeto de estudo vai, gradativamente, ocupando espaço entre as produções acadêmicas. Tem-se, por exemplo, o clássico, escrito por Heleieth Saffioti (1976), “A Mulher na Sociedade de Classes: mito e realidade”, fruto de sua tese de pós-graduação feita na Universidade Estadual de São Paulo e publicada pela editora Vozes em 1976, onde focaliza as relações entre a posição da mulher e o capitalismo, destaca a condição da mulher no Brasil abordando o ângulo educacional e movimento feminista.

Outro trabalho que ganha destaque por seu pioneirismo é o da estadunidense June Hahner que, também em 1976, publica o trabalho “A Mulher no Brasil”, a autora realiza uma espécie de compêndio da condição social de mulheres, brancas e classes mais abastadas, no país indo do período colonial ao século XX e oferecendo visão ampla sobre um segmento das mulheres brasileiras. Nesta obra alguns estereótipos acerca da situação feminina acabam por ser reforçados, tais como: o papel da mulata sensual e o da mãe branca ideal.

Sobre a situação da escrita da história das mulheres a autora destaca na introdução da obra como, em geral, havia muito trabalho por ser feito, mas especialmente na América Latina o desafio de escrever a história das mulheres era grande, tendo em vista o histórico descaso. Para a autora:

A história da mulher no Brasil, tal como a das mulheres em vários outros países, ainda está por ser escrita. Os estudiosos têm dado muito pouca atenção à mulher nas diversas regiões do mundo, o que inclui a América Latina. Os estudos disponíveis sobre a mulher brasileira são quase todos meros registros de impressões, mais do que de fatos, autos de fé quanto à natureza ou rápidas biografias de brasileiras notáveis, mais reveladoras sobre os preconceitos e a orientação dos autores do que sobre as mulheres propriamente ditas (HAHNER, 1976, p. 9).

Além desta constatação feita por Hahner, de que a escrita da história das mulheres ainda estava por ser feita no Brasil e no mundo, deve-se ressaltar que a realidade nacional deste período foi marcada por repressões e embates sociais promovidos pelo controle militar na esfera política e social do país, fato este que implicava diretamente nas produções e pesquisas acadêmicas. Ainda assim, a produção historiográfica nas décadas em que o país viveu a ditadura militar foi marcada pela resistência das Universidades ao golpe militar e fortalecimento da perspectiva marxista, pois também representava resistência nos estudos sociais, políticos e econômicos sobre o país e sua história. Para Vainfas (2009):

Nos anos 1970, tempo de regime militar consolidado, tempo em que os cursos de história das universidades públicas faziam as vezes de oposição consentida ao regime e implantavam, silenciosamente, seus cursos de pós-graduação, as referências e preocupações se mesclaram a certas novidades, sem, contudo, abrirem a pesquisa às correntes que revolucionavam a historiografia europeia, sobretudo na França (VAINFAS, 2009, p. 226).

Os estudos sobre as mulheres ganharam mais notoriedade em fins da década de 1970, gerando publicações importantíssimas ao longo dos anos 80, com destaque a trabalhos como: Maria Odila Leite da Silva Dias, com o livro “Quotidiano e Poder em São Paulo do século XIX” (1984), onde a categoria ‘mulher’ já estava presente, foi uma das precursoras a usar esta categoria. No livro “Quotidiano e Poder”, a autora analisa um segmento da sociedade paulista urbana do século XIX que, até então, não havia sido notada pela historiografia, observa as mulheres pobres e suas múltiplas atividades realizadas para suas subsistências.

Essas mulheres acabavam por disseminar suas atividades pela cidade, promovendo o comércio, desorganizado na urbe e ainda incomodando ao ocupar este espaço público. Ao estudá-las, em posições ativas da dinâmica da cidade, a autora contribui para romper com a percepção de alguns estereótipos sobre a mulher branca, ao apresentá-las também como em condições de baixa renda e que usavam suas escravas para aluguéis, vendas e etc., no sentido

de promover renda extra, ou seja, combate o estereótipo da mulher branca rica e enclausurada, que era sustentada por homens e deveria evitar ao máximo o espaço público.

Dessa forma, a autora discute como algumas fontes sobre as mulheres acabaram se perdendo ao longo do tempo, por conta da desvalorização das atividades desenvolvidas por mulheres, porém, destaca que muitas das fontes que sobreviveram ajudam a compor a análise sobre as mulheres desse contexto. Tendo em vista a diversidade de mulheres que circulavam as cidades, ela aborda mulheres brancas empobrecidas, moças brancas sem dotes, mulatas agregadas, negras escravas, negras forras, brancas agregadas e suas lutas diárias para galgar espaço na disputada cidade, com isso levanta uma mostra das famílias matrilineares e como essa rede feminina estava, muitas vezes, associada à bruxaria e correlações negativas.

Ainda em 1984, Miriam Moreira Leite (1984) organizou a coletânea “A Condição Feminina no Rio de Janeiro, século XIX: antologia de textos de viajantes estrangeiros”, esta obra trata de um compêndio que analisa escritas de viajantes estrangeiros no Rio de Janeiro durante o século XIX, subdividindo as abordagens feitas por estes viajantes em eixos temáticos como: raça, cultura e religião. Essa obra organiza, por ordem cronológica, os autores e obras de viajantes que relatavam sobre as mulheres e sua maior contribuição foi observar, nos detalhes dos relatos, situações em que as mulheres são citadas.

Ainda com a temática acerca das mulheres e suas vivências no espaço das cidades é possível destacar a obra de Margareth Rago (1985), “Do Cabaré ao Lar: a utopia da cidade disciplinar, Brasil, 1890-1930”, que se ambienta nos anos de 1889 a 1930 e observa, especificamente, as relações sociais entre homens e mulheres no meio fabril e as representações do trabalho fora do lar.

Como principal fonte de pesquisa, a autora utiliza-se de jornais da época que apresentam um pouco do cotidiano, dos conflitos e dos significados atribuídos ao trabalho, fábrica e disciplina dos corpos, mostrando como as regras dentro da fábrica tentavam impor formas de civilidade para além dos muros da mesma e como os/as trabalhadores/as burlavam essas manipulações. Sobre a situação da mulher, em início da República, ela levanta a tradicional concepção de mulher que deveria estar no lar e se dedicar aos filhos e, como uma forma de romper com essa visão, discute várias situações em que as mulheres urbanas e trabalhadoras tinham consciência política e social chegando a se organizarem em movimentos de paralização nos trabalhos, por exemplo. Esta obra ganhou destaque e se tornou uma importante referência, dentre outros fatores, porque Rago ao discutir o processo de disciplina dos corpos dialoga com a concepção de poder debatida por Michel Foucault, onde as relações

de poder se ambientam em processos dinâmicos e prática polivalente, em que aquela pessoa ao praticar o ato de dominação também a sofre e vice-versa, ocorre também que ela observa diretamente uma instituição (a fábrica) em que a imposição do poder se faz presente.

A historiografia sobre a Família foi marcada por dois importantes momentos: o primeiro tendo o modelo de família patriarcal como civilizadora e modelo referencial, as outras formas seriam apenas apêndices; o segundo momento se deu quando houve a compreensão de que o patriarcado não daria conta de explicar as diversas formas de organização familiar no Brasil (Correa, 1982). Entre 1930-1950 as matrizes conceituais sobre a família brasileira partem do pressuposto que a família patriarcal rural e extensa se transforma no modelo nuclear dos centros urbanos e tem em Gilberto Freyre seu principal representante.

Eni Mesquita de Samara (1997), em seu artigo para a Revista História destaca que a família entra, oficialmente, como tema na área da história apenas em fins do século XX, ficando quase toda produção sobre família no Brasil a cargo de antropólogos e sociólogos. A partir da década de 1970, com a revisão dos documentos históricos buscou-se uma redescoberta da família culminando em trabalhos como os de Eni de Mesquita Samara (1980), com a tese de doutorado “As mulheres, o poder e a família: São Paulo, séc. XIX”, cuja proposta foi estudar a família e suas pluralidades, a fim de contribuir para a revisão da historiografia nacional. Para Samara (1997):

Centrados na questão de poder e da vida familiar das mulheres, estão os trabalhos de Maria Odila Leite da Silva Dias (1984) e Eni de Mesquita Samara (1989), que privilegiaram a sociedade paulista do século XIX, vista na perspectiva das transformações que estavam ocorrendo no Brasil dessa época. A discussão do patriarcalismo vem atrelada à ideia de mudanças, sugerindo uma maior flexibilidade e adaptação do modelo e situações locais, muitas vezes ditadas pelo próprio modo de vida dos habitantes (SAMARA, 1997, p. 11).

Percebendo as múltiplas experiências do espaço urbano e tendo as mulheres como solicitantes de processos de defloramento, tem-se a obra de Martha de Abreu Esteves (1989), com o título “Meninas Perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque”, que retrata os conflitos ocasionados por meio de quebras de regras e rituais que se acreditava seguir o namoro e casamento. Assim, a autora tem como principal fonte os processos de crime de defloramento, onde as mulheres solicitam casamento após ‘honra’ e virgindade rompidas, ela analisa tanto o significado social da virgindade e casamento entre

populares, como também as práticas jurídicas de delegados e juízes, onde, muito embora, os homens fossem os acusados, as principais investigadas eram as mulheres, pois acreditava-se que a depender do comportamento que uma moça tinha ela poderia ter realmente sido enganada pelo homem ou ela era uma leviana. A autora observa os discursos de persuasão emitidos pelas mulheres e constata que a cor da pele e a estrutura familiar causavam implicações diretas no ganho ou perda de causa para essas mulheres.

Já em fim da década de 1980 e início de 1990, o volume de publicações tende a aumentar contando com alguns expoentes, em trabalhos como: Rachel Soihet (1989) publicando “Condição Feminina e Formas de Violência: mulheres pobres e ordem urbana, 1890-1920”, que aponta a história do cotidiano no Rio de Janeiro em fins do século XIX e início do século XX; e a pesquisa de Magali Engel (1991), que publicou “Meretrizes e Doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro” retratando a cidade do Rio de Janeiro no período de 1840 a 1890, ela atenta para o papel do médico na organização social do espaço urbano e as mulheres e crianças ganham destaque na atuação médica. Um dos focos da medicina social foi a prostituição, Engels explica que isso se deu por vários fatores e um deles foi o fato de que ao se prostituir a mulher rompe com a perspectiva idealizada para ela e com a noção do sexo enquanto algo sadio dentro da família, isto é, acabava por configurar como uma doença. A autora lança observação sobre os múltiplos discursos levantados sobre a prostituição à época, onde alguns defendiam como um mal necessário por ser uma válvula de escape aos homens, antes de contraírem matrimônio com as ‘mulheres de bem’, assim como há quem defenda sua extinção completa da sociedade. As contradições dessa sociedade também se refletem quando associam a imagem da mulher que trabalha fora à da prostituta.

Na década de 1990, um dos pontos de maior destaque para a produção historiográfica está na publicação de obras que retratassem outras regiões do país, descentralizando pesquisas e divulgações com maior intensidade. Alguns desses exemplos:

Joana Pedro (1994), com “Mulheres honestas, mulheres faladas: uma questão de classe, estuda a organização social de mulheres e as múltiplas estratégias de sobrevivência no espaço urbano e a formação de elites em um bairro de Florianópolis, chamado Desterro, no período de passagem do século XIX para o XX. Sua principal contribuição foi destacar as mulheres como importantes e atuantes na formação das elites locais bem distante daquele estigma de mulher à parte de toda movimentação ideológica naquele local e, para isso, lançou mão de jornais locais, onde teve que exercitar uma leitura nas entrelinhas dos processos para observar a participação das mulheres, mesmo em meio às fontes de produção masculina.



A obra de Cristina Scheibe Wolf (1999) contribui para despolarizar a produção historiográfica ao publicar o trabalho que engloba a vida no seringal, na região do Alto Juruá, estado do Acre, com a obra “Mulheres da Floresta: uma história – Alto Juruá”. Neste trabalho, ela destaca tanto a migração nordestina para essa região, quanto o modo de vida no seringal, com ênfase para as relações do cotidiano, os conflitos, especificamente na família, etc., ressalta ainda a relação entre natureza e sustentabilidade e o papel feminino neste processo. Seu trabalho também é notório por relatar a questão do campo.

Ainda com o intuito de escrever uma história em que as mulheres estivessem cada mais representadas em suas variadas formas de viver, é possível destacar a publicação organizada por Mary Del Priore (2006), “História das Mulheres no Brasil” (primeira edição publicada em 1997), que também abriu grande leque para apresentação de trabalhos nos mais diversos âmbitos e períodos da história nacional. Buscou observar as mulheres no cotidiano, na família, no trabalho, na mídia, na literatura, contemplando desde a colônia, as mulheres indígenas, as mulheres do meio urbano e rural até o século XX, com uma história mais recente.

Ampla também foi a tipologia documental usada pelas diversas autoras na composição desta coletânea, indo desde testamentos, cartas, diários, relatórios médicos e policiais, até documentos sindicais, atas, registros de trabalho e etc. contribuindo para um movimento historiográfico em que tudo é história e as fontes também se ampliam. No momento destas produções, as questões de gênero estavam sendo discutidas a todo vapor e foram evocadas nos capítulos do livro dentro da concepção relacional de gênero e como fundamental para compreensão da história geral. A ideia não era construir um capítulo à parte, mas integrar as mulheres à história, como sugere a apresentação do próprio livro:

[...] para que serve a história das mulheres? E a resposta viria, simples: para fazê-las existir, viver e ser. E mais, fazer a história das mulheres brasileiras significa apresentar fatos pertinentes, ideias, perspectivas não apenas para especialistas de várias ciências – médicos, psicólogos, antropólogos, sociólogos, etc. -, como também para qualquer pessoa que reflita sobre o mundo contemporâneo, ou procure nele interferir. Esta é, afinal, umas das funções potenciais da história (PRIORE, 2006, p. 9).

Com uma linha de interpretação ainda voltada para as discussões que debatiam hábitos culturais e situação social da mulher, têm-se trabalhos como a obra da pesquisadora estadunidense Muriel Nazzari (1991), “O Desaparecimento do Dote: mulheres, família e

mudança social em São Paulo”, que mostra um panorama das mudanças da relação entre casamento e dote existentes entre as famílias abastadas de São Paulo do século XVII ao XIX, com os indícios de que a família extensa não era a única base para os negócios. Transformações efetivas são contabilizadas a partir do século XIX com aspectos como: o início de alfabetização das mulheres, mudanças na legislação civil e criminal, dentre outros fatores. Todas estas medidas contribuíram para o enfraquecimento do patriarcalismo e fortalecimento do individualismo.

Ao analisar a prática dos dotes, Muriel Nazzari (1991) indica por mudanças nas funções das famílias de elite. O que levou as famílias a mudarem seus costumes em relação ao sistema dotal? Para responder esta questão, Nazzari pesquisou os inventários *post-mortem* dos séculos XVII, XVIII e XIX dos paulistas. O objetivo era identificar quais seriam as formas de transmissão dos bens e compará-las entre si, tendo como eixo as modificações ao longo do tempo. O argumento explicativo associa-se às transformações ocorridas nas funções da família e do casamento na sociedade brasileira (SAMARA, 1997, p. 11).

Jeni Vaitsman (1994) também realiza uma macro pesquisa sobre casamento, família e as relações de gênero nas décadas de 1960/70, no trabalho “Flexíveis e Plurais: identidade, casamento e família em circunstâncias pós-modernas”. A autora observa as transformações difundidas entre homens e mulheres urbanos que experimentam outras relações sociais e pessoais nas relações conjugais, com isso as relações de gênero nas famílias se tornaram menos arbitrarias, porém sua tese defende que a família hierárquica não se modernizou e o papel requerido da mulher continua a ser o de dona de casa e homem como chefe da família.

Destaca-se também o trabalho da historiadora estadunidense Sandra Graham (2005) que dedica pesquisa sobre mulheres escravas no Brasil e, dentre outras publicações, elaborou um livro sobre estudo de casos de mulheres na sociedade escravista brasileira e, para isso, destaca o contexto de onde se deu sua pesquisa ao relacionar aspectos econômicos, demográficos e sociais de duas importantes regiões cafeeiras em municípios do Rio de Janeiro e São Paulo. A história que dá título à obra trata de uma mulher negra e escrava que se nega a manter relação com o marido e busca alternativas, junto ao seu proprietário, para anulação do mesmo, o que lhe é concedido. Para esta obra Graham usou fontes censitárias, cartoriais e eclesiásticas.

Ainda nesta concepção acerca das relações familiares entre escravos no Brasil, tem-se o trabalho de Robert Slenes (1999) mostrando que a família escrava se constituía em

importante refúgio contra os rigores da escravidão, como um mecanismo de sobrevivência. Este autor foi na contramão da concepção de que a família dos cativos inexistia por conta da escravidão e entendia que as relações parentais introduziam uma nova sociabilidade na senzala.

As pesquisas também focalizaram muito na relação entre mulheres e educação, dentre outros fatores, isso ocorreu por esta área ter sido uma das primeiras onde foi possível observar as mulheres em ambientes externos ao lar. Destaca-se na produção nacional trabalhos como o de Jane Soares de Almeida (1998), “Mulher e Educação: a paixão pelo possível”, nesta obra retrata o forte movimento de feminização do magistério vivenciado no Brasil a partir da virada do século XIX para o XX, e aponta a característica da mulher professora para mostrar como este movimento foi ousado, mesmo que a prática docente fosse associada à maternidade e às funções ditas tradicionalmente femininas, ela aponta conquista do espaço público por meio da atividade profissional do magistério.

Um período depois Jane Soares de Almeida (2007) também publica “Ler as Letras: por que educar meninas e mulheres”, que faz um levantamento de fontes discutindo as iniciais presenças femininas no espaço escolar e acesso à escolarização. Nesta publicação, ela levanta a relação entre mulheres, educação escolarizada e informal e religião entre grupos de protestantes que vieram ao Brasil nas últimas décadas do século XIX, em São Paulo e, no processo de catequese, utilizavam a mão de obra feminina na educação, tanto na condição de professoras, quanto na posição de alunas e multiplicadoras dos ideais do cristianismo protestante. A autora escreve na introdução a necessidade de discussão no campo da história das mulheres, mesmo estando num momento historiográfico em que parece não ser mais necessário, pois a invisibilidade da mulher teria sido superada. Aponta que “[...] ainda persistem campos em que essa presença situa-se nas margens da narrativa histórica, precisamente porque a dificuldade de encontrar vestígios de sua passagem é bastante grande e demanda um aprofundamento na busca das fontes” (ALMEIDA, 2007, p. 25), sendo um desses campos a relação entre religião e mulheres.

Maria Cândida Delgado Reis (1993) estuda, na década de 1990, mulheres e educação em São Paulo, no início do século XX, analisando os discursos que envolviam as mulheres no ambiente educacional e as fontes sobre tais situações, realizando pesquisa em duas escolas normais consideradas modelo em São Paulo. Maria Cândida realizou a obra “Tessituras de Destinos” fazendo uma relação entre ser mãe e ser professora, em primeira mão, a partir dos discursos impositivos sobre as mulheres, realizados pelo Estado, pela religião, educação e

médicos, onde a educação era vista como um instrumento de educação e as mulheres deveriam assumir seu papel frente a isso.

Em Belém, também relacionando o contexto de mulheres e educação, o trabalho de José Maia Bezerra Neto (1995) aborda a importância da “Casa das Educandas” destinada ao amparo de meninas carentes ao longo do século XIX, esta instituição teve tal relevância no estado do Pará que até mesmo filhas de famílias ricas da região ocupavam as poucas vagas oferecidas na casa. O autor destaca as imposições discursivas de controle social sobre as jovens na formação pedagógica formal. Ainda pode-se acrescentar a produção acadêmica do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Pará, onde realizou trabalhos na área de história da educação, repensando e questionando instituições e processos educacionais, envolvendo, dentre outras questões, a inclusão das mulheres. Alguns exemplos nas pesquisas produzidas nestes programas está a tese de doutoramento de Joyce Otânia Seixas Ribeiro (2013), que discute as tradições reinventadas no Colégio Estadual Paes de Carvalho por seus/suas alunos(as) que começaram a questionar algumas imposições historicamente feitas na instituição. Assim, debate ainda o currículo como prática de tradição cultural, sobre uma das principais marcas da escola, que é o uniforme de normalista e a erotização do corpo feminino.

Dentre outros trabalhos, podemos destacar também a dissertação de mestrado de Anderson Carlos Elias Barbosa (2011), “O Instituto Paraense de Educandos Artífices e a Morigerância dos Meninos Desvalidos na Belém da Belle Époque”, onde buscou compreender como o projeto civilizador das populações do norte do Brasil se adequaram ao Instituto de Educando Artífices entre os anos 1870 a 1889, assim o atendimento às crianças desvalidas era também resultado de uma política de ideais para civilizar índios e mestiços.

Sobre a educação de meninas desvalidas na Belém da Belle Époque, tem-se o trabalho de Elianne Barreto Sabino (2012), que por meio da história do colégio Nossa Senhora do Amparo, escola pública de Belém voltada para meninas pobres, observou a política de higienização da província do Grão-Pará evitando, assim, que as meninas desvalidas ficassem vadiando pelas ruas e chegassem à prostituição.

Destaca-se ainda o trabalho de Gláycy Antonio Souza Pimentel (2012) que discutiu os Grupos Escolares como espaço de subjetivação e cultivo do poder disciplinar, para tanto observa nas reformas educacionais promovidas pelo Estado um processo de subjetivação docente, situa sua pesquisa entre 1940-1970 e entrevista três ex-professoras do Grupo Escolar Manuel Antônio de Castro.

Outras obras que contribuíram fortemente para o fortalecimento dos estudos sobre mulheres e relações de gênero no Brasil foi o trabalho de Susan Besse (1999), “Modernizando a Desigualdade: reestruturação da ideologia de Gênero no Brasil, 1914-1940”, neste trabalho, Besse observa as mudanças ocasionadas na ideologia de gênero, nos espaços urbanos, de São Paulo e Rio de Janeiro, nas primeiras décadas do século XX. Dedicar-se a perceber como as necessidades econômicas contribuíram para que mulheres tivessem acesso aos graus mais elevados de instrução, as de classe média ocupassem número maior de cargos remunerados e em meio a esse movimento também avançava a aprovação do voto feminino. Dessa forma, apresenta como as relações de gênero ganharam novos espaços na sociedade, sobretudo com acesso à educação e ao mercado de trabalho, porém muitas desigualdades entre os gêneros permanecem, onde a modernização do sistema de gênero desencadeou um progresso ambíguo, onde direitos às mulheres puderam ser experimentados, mas também tais direitos não poderiam interferir no adequado desempenho das tradicionais funções femininas.

Atualmente, vários são os trabalhos redirecionados ao olhar sobre a história das mulheres, repensando suas ações, percebendo-as enquanto sujeitos históricos com seus “poderes” e “saberes”. São trabalhos que transitam na fronteira entre o público e o privado, não apenas privilegiando em sua análise os espaços tidos como “femininos” ou um lugar próprio de mulher, ou ainda trabalhos que rediscutem o próprio conceito de público e privado, como o de Maria Izilda Matos (1995), em que a autora ao tratar dos espaços de sociabilidade e atividades feminina aponta sensíveis mudanças na noção de espaço público, em fins do século XIX e início do século XX, impulsionadas, principalmente, por dois discursos muito usados à época, o do médico/higienista e do engenheiro que gradativamente, influenciaram os modos de ver o espaço público e privado, onde aquele estava cada vez mais remetido à multidão, sujeira, doenças, entre outros aspectos e este à segurança e conforto.

Assim, torna-se necessário tentar recuperar a dinâmica entre o público e o privado, sabendo que esses elementos são social, cultural e historicamente redefinidos, para perceber a não polaridade entre eles. Note-se que as categorias privado e público não devem ser usadas aleatoriamente para qualquer sociedade ou época, podendo dessa forma virem a tornar-se ahistóricas. Os conceitos, sentidos e práticas do público e do privado, seja quanto a espaço, ação ou propriedade, não são universais nem estáveis. O processo de construção e de segmentação do público/privado carrega na sua trajetória interrelações desenvolvidas através de um discurso legitimador que vem atrelado desde a origem a um ocultamento de toda uma tensão e indefinição entre esses aspectos (MATOS, 1995, p. 102).

Após 15 anos da publicação de “História das Mulheres no Brasil”, a produção historiográfica sobre as mulheres suscita nova coletânea com objetivo semelhante e trazendo olhares a temas que ainda não tinham sido contemplados. Em “Nova História das Mulheres no Brasil”, Joana Maria Pedro e Carla Bassanezzi (2012) reúnem artigos com caráter amplo e contemplativo do que vem se pensando sobre a história das mulheres e relações de gênero no Brasil. O olhar que esta produção busca é voltado para uma história mais recente, pois foca-se nos séculos XX e XXI, tendo necessidade de retomada de alguns aportes no século XIX, essa concepção também é fruto de um olhar historiográfico onde a História não é somente fruto de algo estanque e longínquo, mas é também dos dias atuais. Levanta questões sobre a velhice, educação, legislação, violência de gênero, mulheres e suas participações em guerras e as estratégias múltiplas de sobrevivência no campo e na cidade.<sup>1</sup>

Martha Freire (2009), em “Mulheres, Mães e Médicos: discurso maternalista no Brasil”, discute a entrada e influência do discurso médico na família e, principalmente, no papel das mães e como esta abordagem higienista alterou os padrões de educação para as mulheres de classe média e alta.

Ao abordar o discurso maternalista do Brasil na década de 1920, a autora faz uso de revistas voltadas ao público feminino deste período discutindo como estas fontes apresentavam a imagem da mãe e da função doméstica das mulheres. Encerra o livro observando como a função sanitária transformou a maternidade.

Pesquisadoras atentam também para, a partir da década de 1990, identificar as mulheres em ambientes e temáticas que externam os temas tradicionalmente identificados às mulheres, tais como família, crianças, religião etc. Estes trabalhos também são frutos de um movimento historiográfico mais amplo que reflete sobre outros diversos realizados pelas mulheres ao longo da história, por exemplo, na década de 1990, Michele Perrot publicava a obra “Les femmes ou les silences de l’histoire”, em que discute fontes, as práticas de memórias femininas, mulheres no trabalho, em movimentos grevistas, mulheres rebeldes, urbanas, dentre outras, então essa e outras obras começaram a consagrar a mulher múltiplos espaços.

---

<sup>1</sup> Essa obra se aproxima da História do tempo presente, um campo da História que ganhou destaque a partir de fins da década de 1970, com os trabalhos de François Bédarida e Michel Pollack, além das muitas possibilidades de fontes. Esta corrente está ancorada nos testemunhos diretos, na história oral e desperta atenção por relacionar a escrita do historiador a si mesmo e aos seus conceitos e preconceitos. A história do tempo presente implica uma continuidade temporal entre o período estudado e a relação do objeto. Ver: MOTTA, Márcia Maria Menendes. História, memória e tempo presente. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Novos Domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

Sobre a presença feminina no ensino superior, os trabalhos são ainda recentes quanto à identificação das mulheres nestes ambientes. Em Salvador, a historiadora Iole Vanin Macedo (2008) realizou um trabalho de análise das primeiras mulheres a entrarem na faculdade de Medicina de Salvador, no início do século XX, com um panorama sobre as relações de poder na academia. Ainda em Salvador, Elizete Passos (1999), por sua vez, pesquisou sobre as mulheres na Faculdade de Filosofia analisando os espaços masculinos e femininos e as relações simbólicas de poder nesta faculdade, esta pesquisa culminou no trabalho que tem por título “Palcos e Platéias: as representações de Gênero na Faculdade de Filosofia”. A obra se ambienta na Faculdade de Filosofia da Universidade Federal da Bahia durante as décadas de 1940 a 1970, utiliza como fontes principais: manuscritos, fotografias e depoimentos de homens e mulheres da faculdade, buscando observar as relações de gênero no interior da faculdade e perceber quais espaços eram mais ocupados por mulheres.

No Piauí, Elisângela Barbosa Cardoso (2003) também se dedica às mulheres no ensino superior, percebendo-as enquanto acadêmicas nas décadas de 1930 a 1970 e as adversidades enfrentadas por elas na condição de estudantes e profissionais, no trabalho intitulado “Múltiplas e Singulares: história e memória de estudantes universitárias em Teresina, 1930-1970”. Em sua pesquisa faz uso de entrevistas como a principal fonte de seu trabalho, com fragmentos de histórias de vida de mulheres que foram estudantes acadêmicas em diversas faculdades na Universidade Federal do Piauí. Para compreender as trajetórias estudantis e profissionais das mulheres, a autora dialoga com as questões de relação de gênero e poder, conversando com Joan Scott e Michel Foucault.

A fonte histórica, por meio do uso de entrevistas com pessoas que participaram ou testemunharam algum acontecimento de interesse do historiador, já é usada a bastante tempo da História, mas foi apenas na segunda metade do século XX que ela se apresentou como um potencial, por conta da divulgação dos métodos qualitativos de pesquisa e também o invento e uso do gravador. Como afirma Verena Alberti (2005), “o recurso do gravador portátil, a partir dos anos 1960, permitia ‘congelar’ o depoimento, possibilitando sua consulta e avaliação em qualquer tempo e transformando-o em fontes para múltiplas pesquisas. As entrevistas passaram a ter estatuto de documento” (ALBERTI, 2005, p. 19).

A obra “Mulheres na USP: horizontes que se abrem” elaborada por Eva Blay e Alice Lang (2004) analisa a presença e o discursos de mulheres na Universidade de São Paulo, mulheres dos mais diversos cursos relatando suas dificuldades e permanências na universidade. A pesquisa foi impulsionada em 1984 por ocasião do aniversário de cinquenta

anos de fundação da USP e da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, onde algumas ex-alunas pioneiras foram elencadas para relato de suas experiências, um dos objetivos deste trabalho é mostrar uma educação que superasse a formação para matrimônio e maternidade, acompanhando as mudanças na estrutura social por meio das alterações estruturais que o país atravessava nos anos 1930-40.

Em Curitiba, Ana Paula Vosne (2012), na obra “Um Lar em Terra Estranha: a casa da estudante universitária de Curitiba e o processo de individualização feminina nas décadas de 1950 e 1960”, destaca a presença de mulheres nas casas de estudantes e as alteridades enfrentadas por elas para estudarem em espaço diferente de sua terra natal em busca de um diploma acadêmico. Ao partir da observação da Casa da Estudante Universitária de Curitiba (CEUC), a autora analisa o processo de desterritorialização da subjetividade feminina a partir da individualização das moradoras que eram oriundas de outras cidades do estado do Paraná.

Tem-se ainda muitos outros trabalhos que poderiam estar listados aqui, as produções regionais ganharam muita força a partir da disseminação dos programas de pós-graduação, no entanto, o objetivo é oferecer um breve panorama de algumas obras que se tornaram referências para o estudo das mulheres e o estudo das mulheres na educação, além de pesquisas mais atuais.

É importante perceber que houve um movimento nos últimos anos no Brasil em que a historiografia passou a considerar escritos sobre as mulheres com validade para a História nacional, este panorama foi possível por conta de vários caminhos, dentre eles: o movimento feminista, diálogo com novos conceitos, ampliação da noção do que é história e seus objetos de estudo e, juntamente a isso, a ampliação da noção de fonte. “Fontes têm historicidade: documentos que ‘falavam’ com os historiadores positivistas talvez hoje apenas murmurem, enquanto outros que dormiam silenciosos querem se fazer ouvir” (PINSKY, 2008, p. 07).

Como é possível observar, quase todos os trabalhos citados acima foram escritos por mulheres, existiram trabalhos de autoria masculina, mas a maioria esmagadora foi resultado de pesquisas feitas por mulheres, fato este que, como já debatido anteriormente, contribuiu para formação de guetos acadêmicos na produção sobre mulheres e relações de gênero.

## **A CONTRIBUIÇÃO MARANHENSE PARA A ESCRITA DA HISTÓRIA DAS MULHERES**



Na escrita da história das mulheres no Maranhão os temas mais recorrentes voltam-se às mulheres na família e na educação, estes temas, inicialmente, parecem ressaltar visões tradicionais sobre o papel e a inserção das mulheres na sociedade maranhense, no entanto, muitos trabalhos apontam discussões sobre estas mulheres que transgrediram e romperam com alguma forma de opressão ou ditames sociais.

Na produção historiográfica local é possível destacar algumas pesquisas que discutem as mulheres integradas à sociedade de forma ativa e assumindo papéis de comando e autonomia. Um exemplo desse potencial é o trabalho da pesquisadora Marize Helena de Campos que analisa mulheres proprietárias de terra no Maranhão colonial, as ‘donas’ eram assim tratadas por concentrarem poder e exercerem comando nos negócios e na família. Para chegar a tais mulheres, Marize Helena de Campos usou testamentos e cartas de Sesmarias do século XVIII e metade do século XIX, nos testamentos pode perceber informações sobre economia, patrimônio e vida material observando o patrimônio das mulheres e modos de viver, as Sesmarias confirmam muitos pedidos de mulheres à titularidade e posse e como elas participavam do movimento referente à terra. Este é um dos exemplos de como as fontes contribuíram para perceber as mulheres como importantes para a economia local e chefes de família, contrariando a concepção da mulher branca que vivia enclausurada e ocupada apenas do papel de esposa e mãe.

Destacando a produção local, é possível identificar diversos outros trabalhos propulsores de uma historiografia contemplativa das relações de gênero, a seguir serão apresentados alguns trabalhos que se tornaram marco referencial na historiografia local e que tiveram maiores publicações nos primeiros anos do século XXI.

Fruto da tese de doutorado, Maria da Glória Guimarães Correia, publica, em 2006, o livro “Nos fios da trama: quem é essa mulher? Cotidiano e trabalho do operariado feminino em São Luís na virada do século XIX”, este trabalho busca perceber como se dava a dinâmica da participação feminina na sociedade urbana de São Luís, tendo como foco a cidade e suas normas de civilização e controle social, bem como a fábrica como uma forma de extensão do mundo doméstico para as mulheres e onde havia reprodução do controle e violência. Tende ainda a analisar os discursos sobre ‘a mulher’ pobre e que precisava trabalhar em fontes documentais de autoridades públicas, relatórios das fábricas, periódicos e obras literárias e depoimentos de algumas das mulheres que trabalharam nas fábricas.

A obra “O Dote é a Moça Educada: mulher, dote e instrução em São Luís na Primeira República”, da professora Elisabeth Sousa Abrantes (2012), traz um panorama de como a

educação se tornou o dote moderno das moças urbanas. Analisa como, simbolicamente, a instrução formal destinada às mulheres passou a ser valorizada como um componente indispensável à educação e tornando-se um símbolo moderno de dote, o diálogo com as fontes se deu a partir de testamentos, requerimentos e insinuações de dotes do século XVIII ao início do século XX.

Abrantes organizou ainda coletâneas de pesquisas acerca das relações de gênero em diversos eixos temáticos da historiografia maranhense, na obra “Fazendo Gênero no Maranhão: estudos sobre mulheres e relações de gênero – séc. XIX e XX” (2010), o uso do termo gênero, logo na capa, sugere a perspectiva conceitual que os capítulos seguem, a maioria das pesquisas aponta mulheres enquanto protagonistas de várias ações sociais, na educação, trabalho fora do lar, no voto, na política. Tais pesquisas contribuíram para a formulação de um trabalho que ao descortinar a sociedade ludovicense, mostra as múltiplas vivências das mulheres no espaço urbano e suas estratégias de sobrevivência ao usar mecanismos de sua própria exclusão como uma forma de conquista de espaço, ao tratar da educação, por exemplo, o trabalho cita que a proposta educacional às mulheres era voltada para sua preparação para o lar (com a mulher republicana e higiênica), porém, o mesmo sistema educacional oferece instrumentos de uma instrução mais completa e que possibilitava profissionalização feminina.

A coletânea “Mulher e República no Maranhão”, de Abrantes (2015), também retrata alguns dos perfis de mulheres de 1890 até fim da década de 1970, pontua algumas características das mulheres a partir do discurso formulado na grande mídia: as pesquisas retratam as mulheres consideradas ‘evas’, as ‘loucas’, as ‘amélias’, as ‘perdidas’ — a contribuição desta coletânea se dá justamente em dialogar e desconstruir tais estereótipos formulados sobre as mulheres.

Os trabalhos de Elisabeth Abrantes também analisam a educação das mulheres como uma nova atribuição à antiga prática dotal, ela defende que com as mudanças do sistema econômico alteram também as atribuições de dotes que uma moça levaria para o casamento, onde, no lugar de terras e bens materiais, a mulher iria cercada de educação e instrução formal, inclusive para exercício profissional. Ela destaca a origem das Faculdades no Maranhão apontando as primeiras mulheres que ganharam destaque nos jornais e os desafios da vivência nesta modalidade de ensino. Este trabalho se aproxima do citado acima quando analisa também os caminhos educacionais até o ensino superior, porém a pesquisa de Abrantes se encerra nas primeiras décadas do século XX já está pós-primeira República,

quando as instituições de ensino superior se veem fortalecidas no estado e a presença feminina também é mais notável.

Dentre outros trabalhos que se destacam na historiografia local está a obra de Diomar das Graças Motta (2003), “As mulheres professoras na política educacional no Maranhão”, onde abrange a atuação de quatro professoras maranhenses no início do século XX e as adversidades enfrentadas por elas no magistério e vida social, mulheres que atuaram na política educacional do estado entre as décadas de 1910 a 1950. Diomar Motta buscou observar as trajetórias familiar, escolar e profissional destas mulheres fazendo uso de fontes de periódicos locais, documentos pessoais, fotografias, registros profissionais e entrevistas com parentes mais próximos. Apontou, também, as mulheres como protagonistas e defensoras da educação no Maranhão e se limitou a retratar as mulheres apenas no meio profissional, muito também por conta da escassez de fontes.

A dissertação da pesquisadora Mary Angélica Tourinho também oferece importante suporte sobre a condição da mulher estudante no início do século XX, sobretudo porque ela analisa o cotidiano de alunas da Escola Normal de São Luís, no trabalho intitulado “As Normalistas nas Duas Primeiras Décadas do Século XX em São Luís do Maranhão: entre o discurso da ordem e a subversão nas práticas”, dissertação defendida em 2008, no programa de pós-graduação em Educação/UFMA.

Também a pesquisa de Maria José Lobato (2012), “Educação Feminina no Maranhão: o redefinir de uma instituição”, que retrata o discurso normalizador para as mulheres reclusas, relações de poder e sociabilidades no século XIX. Apesar de o título dar ênfase à instituição, a obra dedica muito espaço e pesquisa à condição social das mulheres no período colonial, discute o que era considerado o ideal feminino, o contexto histórico e as relações de poder no cotidiano e dentro da experiência feminina no recolhimento no Maranhão. A autora destaca que uma das maiores contribuições desta pesquisa é pensar as mulheres na história para além das funções na vida privada, muito embora o Recolhimento Nossa Senhora e Remédios representasse um espaço de reprodução dos valores sociais vigentes e colaborava para a manutenção da moral feminina.

Tem-se ainda, a sequência de trabalhos de Tatiane da Silva Sales, que, despertada pela temática “Gênero e Educação”, dedica nesse âmbito sua produção e pesquisa desde a Graduação até sua tese de Doutorado. Em sua monografia de licenciatura em História “Educação para o lar: Instrução e condição social feminina em São Luís na Primeira República” discute o papel desempenhado pela educação na formação da mulher nos moldes

tradicionais, em meio a uma sociedade que se pretendia moderna, sob os auspícios da nova ordem republicana. As funções sociais que recaíam sobre as mulheres primavam ainda pelo âmbito doméstico, tendo o tripé filha, esposa e mãe como base na formação e orientação nas atribuições femininas. Apresenta-se as mudanças urbanas, sociais e educacionais ocorridas em São Luís, e suas implicações na contribuição dos modelos femininos segundo os ideais burgueses de família e sociedade.

Por sua vez, a dissertação de Mestrado em História “Brechas para a emancipação: usos da instrução e educação feminina em São Luís na Primeira República”, Sales analisa o processo educacional em São Luís do Maranhão, no período compreendido entre os anos de 1889 a 1930, com enfoque para a situação feminina, atentando especialmente para mulheres da classe média e alta da capital maranhense. Dentro do entendimento de uma educação pública fornecida em São Luís, a pesquisa primou pela observação de ‘fragmentos’ históricos que evidenciem como as mulheres apropriaram-se dessa formação escolar e conseguiram ocupar mais espaços no meio social, desenvolvendo atividades profissionais, e ultrapassando os usos da educação ainda limitada que lhes era fornecida e entendida como completa. Percebê-las enquanto alunas e profissionais imersas nas transformações que este período de transição, do século XIX para o XX, vivenciou foi um dos destaques dessa dissertação.

Por último, a sua tese de Doutorado em História Social da Amazônia, “Graduandas da Ilha: um estudo sobre a presença feminina nos cursos de Farmácia, Odontologia e Direito em São Luís/MA (1940-1970)”. Este trabalho trata de analisar a organização e inserção das mulheres no ensino superior em São Luís, discutindo a universidade como espaço de instrução, educação e poder.

A tese de doutorado, situando a educação superior e as relações de gênero, tem inspiração nos referenciais citados acima sobre o Maranhão, onde, por exemplo, discute a presença feminina como alunas numa instituição de ensino, como definem os trabalhos de Diomar das Graças Motta e Angélica Tourinho. Elas não discutem o espaço da universidade, até porque em seus períodos de pesquisa ainda não havia nenhuma instituição superior no Maranhão, no entanto, analisam a mulher na educação primária, normal e secundária como uma situação de empoderamento feminino, sobretudo por conta do acesso à profissionalização que é algo próximo de nossa perspectiva.

Em Codó, Maria Alda Pinto Soares, em sua monografia de conclusão do curso de Licenciatura em Ciências Humanas/História realiza a pesquisa “Pelas mãos femininas: memórias da educação codoense (1950 a 1980)” trazendo para o centro das discussões

acadêmicas locais duas categorias em fase de reconhecimento na história: as mulheres e as professoras; ou mais certo, as mulheres professoras, com foco especial para as do município de Codó – Maranhão, através do resgate de trajetórias, histórias e memórias sobre a educação codoense, interpretando fragmentos de memória de três mulheres professoras codoenses, a partir da (re)construção de suas trajetórias possibilitadas pela história oral.

Encerrando esta sequência que lista alguns dos relevantes trabalhos desenvolvidos no Maranhão tem-se o livro organizado por Antônio Montenegro e Regina Faria, este material aborda relatos das experiências vividas por ex-estudantes da Universidade Federal do Maranhão, que se tornaram docentes também, um material rico em entrevistas realizadas em fins da década de 1990 e faz soar diversas vozes da política local, da história de educação, da história do ensino superior e das relações de gênero. O livro “Memórias de Professores: histórias da UFMA e outras histórias” foi publicado em 2005 e representa uma importante fonte, pois é fruto de seis anos de pesquisa e levam como foco principal do trabalho a história oral.

## CONCLUSÃO

As obras citadas acima são resultados de um amplo movimento vivenciado a partir da década de 1970, onde conceitos tradicionais foram rediscutidos, tais como: trabalho, família, renda, poder, etc., tais obras também são parte de um processo de ampliação da noção de fontes históricas e consequente inserção de novos agentes históricos. Assim, além de falar de mulheres, falou-se da diversidade delas, pois estas pesquisas não analisavam apenas um núcleo homogêneo de brancas e ricas, mas, também, trabalhadoras, escravas, pobres, negras, empobrecidas, casadas, solteiras e amasiadas, dentre outras mulheres em configurações, além da tradicional relação de patriarcado.

Estes trabalhos inauguraram uma nova fase da historiografia brasileira e também são fruto de mudanças na própria sociedade, em que as noções de família, patriarcado, papel da mulher na sociedade, espaço público e privado foram rediscutidos na sociedade. Pesquisadoras tiveram acesso à dados de censos que mostravam um país cada vez mais urbano, taxas de analfabetismo caindo, nível demográfico do país marcado por uma população de maioria jovem e que, apesar de ter mão de obra muito diversificada, os dados, em geral, eram organizados por faixa etária, região e quase nunca pela divisão de sexo, isto é, as mulheres mantinham posição de destaque na sociedade, mas não eram computadas nas

estatísticas. O país também presencia momentos de gradual reabertura política e transição para o regime democrático.

Tais experiências de uma nova realidade social também estiveram relacionadas às mudanças na visão de mundo que esse novo grupo de intelectuais passou a ter, com múltiplas perguntas ao passado, buscando respostas em fontes e falas antes não lidas ou, ainda, lidas de forma muito limitada. Junto à tudo isso existiram os diálogos promovidos também a partir do fomento, financiamento e incentivo de cursos de pós-graduação, uma vez que boa parte dos trabalhos resulta de pesquisas nascidas nestas condições.

Os trabalhos aqui citados contribuem com a composição desta e de variadas pesquisas porque, dentre outros fatores, dialogam com ampla quantidade de fontes em que as mulheres são atuantes e não marginalizadas ou vítimas. Boa parte dos trabalhos também reflete sobre a questão educacional e experiência feminina, na condição de aluna e professora, tendo como foco principal o ensino primário e secundário e tem sua atenção ligada, principalmente, ao período que compreende o final do século XIX e início do século XX. Diante destas características essas obras enriquecem o trabalho proposto, pois, discutem as mulheres, também maranhenses, de forma ativa e participante das contradições do viver em sociedade.

## REFERÊNCIAS

ABRANTES, Elizabeth Sousa. **O Dote é a Moça Educada**: mulher, dote e instrução em São Luís na Primeira República. São Luís: EDUEMA, 2012.

\_\_\_\_\_. (Org.). **Fazendo Gênero no Maranhão**. São Luís: Editora UEMA, 2010.

\_\_\_\_\_. (Org.) **Mulher e República no Maranhão**. São Luís: EDUEMA, 2015.

ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

ALMEIDA, Jane Soares de. **Mulher e Educação**: a paixão pelo possível. São Paulo: Editora Unesp, 1998.

BARBOSA, Anderson Carlos Elias. **O Instituto Paraense de Educandos Artífices e a Morigerância dos Meninos Desvalidos na Belém da Belle Époque**. (Dissertação) Mestrado em Educação. Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências e Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Belém, 2011.

BASSANEZZI, Carla; PEDRO, Joana Maria (Org.). **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012.

BESSE, Susan. **Modernizando a desigualdade**: reestruturação da Ideologia de Gênero no Brasil (1914-1940). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

BEZERRA NETO, José Maia. O “Asylo lindo e protetor”: práticas e representações sociais sobre educação feminina – Belém (1870- 1888). In: ALVARES, Maria Luíza Miranda; D’INCAO, Maria Ângela (Org.). **A Mulher Existe?** Uma contribuição ao estudo da mulher e gênero na Amazônia. Belém: GEPEN/GOELDI, 1995.

BLAY, Eva Alterman; LANG, Alice Beatriz da Silva Gordo. **Mulheres na USP**: horizontes que se abrem. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, USP, 2004.

BORGES, Vavy Pacheco. Anos trinta e política: história e historiografia. In: FREITAS, Marcos Cezar de. **Historiografia Brasileira em Perspectiva**. São Paulo: Contexto, 2014, p. 159-182.

CAMPOS, Marize Helena de. **Senhoras Donas**: economia, povoamento e vida material em terras maranhenses (1755-1822). São Luís, Café e Lápis, FAPEMA, 2011.

CARDOSO, Elizangela Barbosa. **Múltiplas e Singulares**: história e memória de estudantes universitárias em Teresina (1930-1970). Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2003.

CORREA, Mariza. Repensando a Família Patriarcal Brasileira. In: ALMEIDA, Angela (Org.). **Colcha de Retalhos**: estudos sobre a família no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1982, p. 13-34.

CORREIA, Maria da Glória Guimarães. **Nos fios da trama**: quem é essa mulher? Cotidiano e trabalho do operariado feminino em São Luís na virada do século XIX. São Luís: EDUFMA, 2006.

ENGEL, Magali. “Meretrizes e Doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro”, São Paulo, Brasiliense, 1991.

ESTEVES, Martha de Abreu. **Meninas Perdidas**: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque. São Paulo: Paz e Terra, 1989.

FARIA, Regina; MONTENEGRO, Antonio (Orgs.). **Memória de Professores**: Histórias da UFMA e outras histórias. São Luís: Fundação Sôsândrade, UFMA/CNPQ, 2005.

FREIRE, Maria Martha de Luna. **Mulheres, mães e médicos**: discurso maternalista no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

GRAHAM, Sandra Lauderdale. **Caetana Diz Não**: história de mulheres da sociedade escravista brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

HAHNER, June. **A Mulher no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

LEITE, Miriam Moreira. **A Condição Feminina no Rio de Janeiro**: século XIX. São Paulo: Editora Hucitec Int, 1984.

LOBATO, Maria José. **Educação Feminina no Maranhão: o redefinir de uma instituição.** São Luís, FAPEMA, 2013.

MACEDO, Iole Vanin. **As Damas de Branco na Biomedicina Baiana (1878-1949): médicas, farmacêuticas e odontólogas.** (Tese) Doutorado em História, Salvador, Universidade Federal da Bahia, 2008.

MATOS, Maria Izilda; BORELLI, Andrea. Espaço Feminino no Mercado Produtivo. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Orgs.). **Nova História das Mulheres no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2012, p. 126-147.

MOTTA, Diomar das Graças. **As mulheres professoras na política educacional no Maranhão.** Niterói: Editora da Niterói, 2003.

NAZZARI, Muriel. **O Desaparecimento do Dote: mulheres, família e mudança social em São Paulo.** São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

PASSOS, Elizete. **Palcos e Platéias: as representações de gênero na Faculdade de Filosofia.** Salvador: UFBA, Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, 1999.

PERROT, Michelle. **Mulheres Públicas.** São Paulo: Editora Unesp, 1990.

PIMENTEL, Glaybe Antonio Souza. **Processos de Subjetivação, Poder Disciplinar e Trabalho Docente no Grupo Escolar Professor Manoel Antonio de Castro (1940 - 1970).** (Dissertação) Mestrado em Educação). Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências e Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Belém, 2012.

PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Orgs.). **Nova História das Mulheres no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2012.

PRIORE, Mary Del. (Org.). **História das Mulheres no Brasil.** 8. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

RAGO, Margareth. **Do Cabaré ao Lar: a utopia da cidade disciplinar, Brasil, 1890-1930.** Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1985.

REIS, Maria Cândida Delgado. **Tessitura de Destinos: mulher e educação.** São Paulo 1910/20/30. São Paulo: EDUC, 1993.

RIBEIRO, Joyce Otânia Seixas. **A Tradução da Tradição em Práticas Curriculares no Colégio Estadual Paes de Carvalho.** (Tese) Doutorado, Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências e Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Belém, 2013.

SABINO, Elianne Barreto. **A Assistência e a Educação de Meninas Desvalidas no Colégio Nossa Senhora do Amparo na Província do Grão-Pará (1860-1890).** (Dissertação) Mestrado em Educação. Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências e Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Belém, 2012.



SAFFIOTI, Heleith. **A Mulher na Sociedade de Classes: mito e realidade**. Petrópolis: Vozes, 1976.

SALES, Tatiane da Silva. **EDUCAÇÃO PARA O LAR: instrução e condição social feminina em São Luís (1900-1920)**. [Monografia] Universidade Estadual do Maranhão, UEMA, São Luís, 2007.

\_\_\_\_\_. **BRECHAS PARA A EMANCIPAÇÃO: usos instrução e educação feminina em São Luís na Primeira República**. [Dissertação] Universidade Federal da Bahia, UFBA, Salvador, 2010.

\_\_\_\_\_. **Graduandas Da Ilha: um estudo sobre a presença feminina nos cursos de Farmácia, Odontologia e Direito em São Luís/MA (1940-1970)**. [Tese] Univesidade Federal do Pará, UFPA, Belém, 2017.

SAMARA, Eni de Mesquita. **As Mulheres, O Poder e A Família: São Paulo – século XIX**. São Paulo: Editora Marco Zero, 1980.

\_\_\_\_\_. **Conferência: A Família no Brasil: história e historiografia**. História Revista, Goiânia, v. 2, n. 2, p. 07-21, jul-dez. 1997.

SLENES, Robert. **Na Senzala uma Flor: esperanças e recordações na formação da família escrava – Brasil, Sudeste, século XIX**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

SOIHET, Rachel. **Condição Feminina e Formas de Violência: mulheres pobres e ordem urbana, 1890-1920**. Forense Universitária, 1989.

SOARES, Maria Alda Pinto. **Pelas mãos femininas: memórias da educação codoense (1950 a 1980)**. – Codó, 2015.

TOURINHO, Mary Angélica. **As normalistas nas duas primeiras décadas do século XX em São Luís do Maranhão: entre o discurso da ordem e subversão nas práticas**. (Dissertação) Mestrado em Educação – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2008.

VAINFAS, Ronaldo. História Cultural e Historiografia brasileira. **Revista História: questões e debates**, Curitiba, n.50, jan/jun. 2009, Editora UFPR, p. 175-216.

VAITSMAN, Jeni. **Flexíveis e Plurais: identidade, casamento e família em circunstâncias pós-modernas**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

VOSNE, Ana Paula. **Um Lar em Terra Estranha: a casa da estudante universitária de Curitiba e o processo de individualização feminina nas décadas de 1950 e 1960**. Curitiba: Editora UFPR, 2012.

WOLF, Cristina Scheibe. **Mulheres da Floresta: uma história – Alto Juruá – Acre (1890 - 1945)**. São Paulo: Huicitec, 1999.

ALMEIDA, Jane Soares de. **Ler as Letras**: por que educar meninas e mulheres. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo; Campinas: Autores Associados, 2007.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e Poder**: em São Paulo no século XIX. São Paulo: Brasiliense, 2005.

PEDRO, Joana Maria. **Mulheres honestas, mulheres faladas**: uma questão de classe. Florianópolis: UFSC, 1994.

PERROT, Michelle. **As mulheres e os Silêncios da História**. Bauro: Edusc, 2005.

\_\_\_\_\_. **Práticas da Memória Feminina**. Revista Brasileira de História, São Paulo, v.9, n. 18, p. 09-18, ago-set. 1989.

**Recebido em:** 13.12.2017

**Aceito em:** 16.02.2018